

## EUCLIDES DA CUNHA – DOIS LIVROS COMO VINGANÇA

Carlos Antônio Magalhães Guedelha  
Doutor em Linguística (UFSC/UFAM)

**Resumo:** Neste artigo, trato da escrita metalinguística de Euclides da Cunha, em que ele metaforiza como “livro vingador” tanto *Os Sertões* quanto *Paraíso perdido*, um outro livro que começou a escrever a respeito da Amazônia, sem, todavia, conseguir concluí-lo. Utilizo, nas reflexões, cartas que Euclides escreveu a amigos, além de artigos e ensaios publicados por ele. O ponto de partida, em termos teóricos, é o conceito de metalinguagem, com base em Jakobson (2010), Chalhoub (2002) e Barthes (1970). Quanto à teoria relativa à metáfora, dialogo com Lakoff e Johnson (2002) no que diz respeito à abordagem da metáfora conceptual. O estudo procura mostrar que, na avaliação que faz da sua escrita, Euclides lança mão de uma metáfora que, longe de ser um mero recurso estilístico ou retórico, funciona como substrato de sua concepção sobre o alcance de seus livros.

**Palavras-chave:** Euclides da Cunha, literatura, metalinguagem, metáfora, livro vingador.

**Resumen:** En este artículo, trato de la escrita metalingüística Euclides da Cunha, donde la metáfora como "libro vengador" *Os sertões* tanto como *Paraíso perdido*, otro libro que empeçó a escribir sobre la Amazônia, sin conseguir, su realización completa. Uso, en las reflexiones, cartas que Euclides escribió a sus amigos, así como artículos y ensayos publicados por él. El punto de partida en el plano teórico, es el concepto de metalenguaje en base a Jakobson (2010), Chalhoub (2002) y Barthes (1970). En cuanto a la teoría de la metáfora, el diálogo con Lakoff y Johnson (2002) en relación con el enfoque de la metáfora conceptual. El estudio pretende demostrar que, en su evaluación de su escritura, Euclides hace uso de una metáfora que, lejos de ser un mero recurso retórico o de estilo, funciona como sustrato de su concepción del alcance de sus libros.

**Palabras clave:** Euclides da Cunha, la literatura, el metalenguaje, la metáfora, el libro vengador.

### 1 Introdução

Este artigo desenvolve reflexões a respeito da escrita metalinguística de Euclides, em que ele metaforiza sua produção literária a respeito da Amazônia, assim como *Os Sertões*, em cartas que escreveu a amigos e em artigos e ensaios publicados. Reflito aqui a respeito da atitude do autor em operar a “escrituração” de sua escrita, para utilizar um termo de Gilberto Mendonça Teles (1996).

Foi Jakobson (2010) quem primeiro discorreu com clareza sobre a função metalinguística da linguagem, que traz a própria linguagem para o primeiro plano da cena enunciativa. No ensaio intitulado *Linguística e poética*, Ele diferencia a “*linguagem-objeto*, que fala de objetos, e a *metalinguagem*, que fala da linguagem” (JAKOBSON, 2010, p. 162).

Assim ele estabeleceu a função metalinguística como aquela em que a linguagem é empregada para falar de si mesma.

Chalhub (2002, p. 32), comentando o que disse Jakobson, observa que “a função metalinguística centraliza-se no código: é código ‘falando’ sobre o código. É linguagem ‘falando’ de linguagem, é literatura sobre literatura, é palavra da palavra”. E acrescenta que uma mensagem de nível metalinguístico “implica que a seleção operada no código combine elementos que retornem ao próprio código. [...] Mensagens de perfil metalinguístico operam, portanto, com o código e o presentificam na mensagem” (CHALHUB, 2002, p. 49).

Portanto, a linguagem se encontra em função metalinguística quando discorre sobre ela própria. Nesse caso, a própria linguagem é posta em evidência. O autor lança mão do código linguístico para transmitir suas reflexões sobre esse mesmo código. E o emprego da função metalinguística na literatura põe em evidência a própria criação artística. Pela ferramenta da metalinguagem, o autor apresenta-se ao interlocutor ou leitor ao mesmo tempo como criador e como crítico de sua obra. O artista mostra-se como construtor e usuário de uma linguagem.

Roland Barthes (1970) vê na literatura um duplo movimento de sentido, tendo em vista que ela fala do mundo e fala de si mesma, ao mesmo tempo, e dessa forma torna-se literatura-objeto (ou linguagem-objeto, aquela que se estuda) e metaliteratura (ou metalinguagem, aquela com que se estuda, linguagem instrumental). A metalinguagem, de caráter crítico-analítico, possibilita estudar a linguagem-objeto sem com ela se confundir. Por esse viés, a metalinguagem na literatura é capaz de despertar no leitor a consciência do fazer artístico (processo) que redundará na obra de arte (produto).

Euclides da Cunha parece ser um escritor que não abre mão da ferramenta da metalinguagem em seus escritos. Ele foi um severo (aliás, muito severo) crítico de si mesmo, de seus próprios textos, como se pode perceber nos exemplos que cito na sequência deste artigo. E essa sua severidade o levava frequentemente a planejar a sua escrita com o rigor avaliativo do engenheiro. Depois do planejamento, vinha a execução, que consistia em escrever. Mas o processo não parava aí: depois da escrita, vinha a “escrituração” dessa escrita. O termo “escrituração”, que aqui utilizo, foi tomado de empréstimo à área contábil e aplicada à literatura por Teles (1996) para comparar a atividade crítica com a arte de escriturar os livros comerciais ou contábeis, tomando por base, especialmente, as personagens contabilistas de Graciliano Ramos, que viviam às voltas com a “escrituração” de sua escrita. Assim é que tomamos contato com a escrituração que Euclides fazia de seus próprios escritos, no decurso desses escritos ou nas cartas que enviou a amigos e familiares. E no âmbito dessa

autoavaliação brota a expressiva metáfora que analiso aqui: a metáfora do “livro vingador”. Euclides chamou seus dois grandes livros – o escrito, *Os Sertões*, e o projetado, *Um Paraíso perdido* – cada um a seu tempo, de “meu livro vingador”. Em que consistia essa metáfora? A que vingança se referia em cada caso? É isto que procuro analisar nos itens que seguem.

## 2 O primeiro “livro vingador”

Júlio Mesquita, o editor do jornal Estado de São Paulo, ao convidar Euclides da Cunha para a tarefa de fazer a cobertura da guerra de Canudos, tinha convicção de que estava apostando na pessoa certa para o projeto que tinha em mente: queria mais que um relato jornalístico bem elaborado. Pretendia receber das mãos do correspondente uma análise aprofundada das causas e consequências daquela guerra. Para tanto, necessitava de alguém que tivesse capacidade de realizar a tarefa completa, nesses termos. E Euclides era a pessoa mais indicada (MOTA, 2003).

Recebendo e aceitando o convite, Euclides começou a se preparar para a empreitada. Após conseguir uma licença do seu trabalho na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, transferiu a família para a fazenda de seu pai, no município de Belém do Descalvado, e passou a recolher o máximo de informações possíveis sobre a região para onde teria que ir em missão.

Partiu para a Bahia no dia 4 de agosto de 1897, como adido do Estado-Maior do ministro da guerra. Em viagem, escreveu para o sogro, general Solon, em 12 de agosto, falando sobre o seu intento:

A minha missão é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considereis que tñheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. Consegui-lo-ei? Anima-me a intenção de ser o mais justo possível; porei de lado todas as afeições para seguir retilinearmente” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 107).

Foi movido por esse ideal de justiça que ele chegou a Salvador, onde se viu obrigado a passar vinte e quatro dias antes de partir para Canudos, tendo em vista os sucessivos adiamentos da partida da tropa por questões operacionais. Na ansiedade desse período extenuante de quase um mês, aproveitou para colher mais informações sobre a realidade do conflito, ouvindo os relatos e testemunhos dos que regressavam do campo de batalha quase

diariamente. Juntando esses relatos e testemunhos, pôde começar a montar um quadro mais realista da situação.

Nesse período também enviava suas interpretações do conflito para o jornal. Nesses artigos que enviava para São Paulo, assim como em sua correspondência ativa, é possível perceber a evolução do seu pensamento em relação à guerra. Nos primeiros textos ainda se pode ver um Euclides cheio de brios republicanos, disposto a desmascarar um grande foco de conspiração monarquista. Era a mesma postura de quando escrevera estas palavras ao amigo João Luís, em abril de 1897, a respeito da guerra: “O que me impressiona não são as derrotas – são as derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 105). Agora, cinco meses depois, estando já em terra baiana, lamentava muito os entraves que o mantinham preso à capital. “Temo não poder ir a tempo de assistir a queda do arraial maldito” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 108), escreveu ao amigo Porchat, de Salvador, em 20 de agosto de 1897.

Mas a sua visão vai se modificando paulatinamente, à medida que “pesquisa, estuda, entrevista, visita os hospitais em companhia de altos oficiais do Exército [...] e em que observa, nas estações de *estrada* de ferro, a chegada dos feridos em combate” (MOTA, 2003, p. 96). Começou a perceber que olhar Antônio Conselheiro como um simples inimigo da República, um ardiloso aliado dos conspiradores monarquistas era um lamentável equívoco e um grande exagero.

Canudos marcaria a vida de Euclides. Em meio às aspirações republicanas que acalentava, apesar de não ter naquela república a República dos seus sonhos, Canudos surgiu como uma surpresa e o acordou para uma realidade que ele não supunha existir. “Lá compreendera melhor o Brasil, na sua realidade física e social. As ilusões e os enganos, que eram da sua geração e que eram seus, desfizeram-se para sempre” (RABELLO, 1966, p. 137).

Apenas dois meses que Euclides passou em Canudos foram suficientes para transformá-lo em outro homem: a tragédia que presenciara pesou fundo em sua alma, porque foi capaz de perceber o sentido humano daquele episódio que para muitos era aparentemente insignificante. Reavaliara o seu posicionamento sobre o confronto, e o seu juízo sobre o Conselheiro e sobre a campanha do exército em Canudos já não era o mesmo. Via a guerra como um encontro fatídico e fratricida entre dois brasis que se desconheciam: o do litoral (desenvolvido) e o do sertão (atrasado, retrógrado). Foi um amadurecimento forçado. “Como na transição das idades, ele voltou de Canudos em verdadeira crise. Despojara-se dos resíduos do passado com a mesma misteriosa tristeza dos adolescentes na antemanhã da vida livre e já grave, dos vinte anos” (RABELLO, 1966, p. 138).

Mota (2003, p. 109) anota que

Daquela campanha, da sua observação cuidadosa, vai surgir uma obra-prima da literatura brasileira. Mas não apenas da literatura. *Os Sertões*, que Euclides a rigor já começara a escrever, sendo os comentários enviados ao Estado o seu embrião, será muito mais que uma obra-prima literária. Esse “livro vingador”, prodígio de síntese de literatura, sociologia, geografia, climatologia, botânica, geologia, economia e história, será um grito de alerta às descuidadas e frívolas elites do litoral para a necessidade de se lembrarem das injustiçadas e esquecidas populações do sertão e incorporá-las à civilização.

Referindo-se a *Os Sertões*, Rabello (1966, p. 140) comenta que o livro “já estava maduro desde o tempo em que escrevera o *Diário de uma expedição*”, enquanto ainda se encontrava na Bahia. Na verdade, aquele diário continha, em anotações meticolosas sobre a região, um farto material que era o embrião do livro a ser escrito.

Mas ao retornar da Bahia, Euclides jamais pôde dedicar-se à escrita do seu livro como gostaria de fazê-lo. A “obscura” profissão de engenheiro, que ele tanto maldizia em cartas a amigos e parentes, sobrecarregava-o de afazeres e preocupações, não lhe reservando o tempo necessário para o prazer das letras. Dessa forma, *Os Sertões* foram escritos “à prestação”, nas “brechas” de tempo da sua engenharia fatigante e obscura, como confidenciou em carta ao amigo José Veríssimo. Em lamentação semelhante, diz a outro amigo, Pethion de Villar, em maio de 1900:

Levo a mais inútil das vidas em perene conflito com a minha engenharia obscura cujas exigências me afastam de outras ocupações mais atraentes às quais somente dedico um ou outro quarto de hora de folga nos meus dias fatigantes de operário. Por isto o meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões da tua terra ainda não apareceu. Está, porém, agora, – finalmente, pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito – tem, preponderante, uma qualidade que o nobilita: a sinceridade com que foi traçado. Será seu único valor. Por isto, talvez não faça jus à consagração de uma versão para o francês a que espontânea e cavalheirescamente te propuseste quando aí estive. Transplantado para a mais vibrátil das línguas, por um parisiense dos trópicos, temo que meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 118).

Nessa carta, Euclides – além de dar curso à constante lamúria a respeito da falta de tempo para se dedicar à ocupação *mais atraente* das letras por força da sua engenharia *obscura* – revela duas preocupações sobre o seu livro que, até a consagração do mesmo, serão também constantes: os erros que o livro porventura continha e a dúvida sobre o seu real valor e sua aceitação. Ressalte-se aí a metáfora metalinguística, na verdade uma antítese, através da

qual Euclides contrapõe a “delicadeza” da língua francesa ao seu estilo em *Os Sertões*, que considera “bárbaro” (bruto).

Em 1901 terminou a feitura do livro. Com ele, propôs “vingar-se da chacina dos sertanejos feita pelas tropas do governo, que se haviam batido bravamente, mas que haviam sido também incapazes de se libertarem de uma série de mal entendidos e preconceitos, e de reconhecerem e recompensarem o heroísmo dos jagunços” (MOTA, 2003, p. 118). É o que ele diz quando escreve a Francisco Escobar em abril de 1902: “Alenta-me a antiga convicção de que o futuro o lerá. Nem outra coisa quero. Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária... Além disto terei o aplauso de uns vinte ou trinta amigos em cuja primeira linha estás. E isto me basta” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 133).

Ao deixar São José do Rio Pardo, Euclides tinha duas obras em que apostou a sua reputação no futuro: o livro e a ponte que construía sobre o rio Pardo. A reputação de escritor e a reputação de engenheiro. Poder-se-ia dizer que, na verdade, tratava-se de duas engenharias, a civil e a literária.

Antes de procurar um editor para o livro recém-escrito, ele remenda várias passagens do texto, corrige erros ortográficos, repara, retoca, emenda. Revela, assim, uma demasiada vigilância em torno da intocabilidade linguística da obra. Era o escritor “escurando” a sua escrita. Depois viria a difícil tarefa de encontrar uma editora disposta a publicar o livro de um “desconhecido” e com o número de páginas que ele tinha. Porque antes de se tornar um “grande livro”, *Os Sertões* era, seguramente, para os padrões da época, um “livro grande”. Rabello (1966) informa que Euclides chegou a pensar em publicá-lo em forma de colunas no Estado de São Paulo, parceladamente. Imaginava que assim poderia atrair o interesse de alguma editora.

Foi pensando em pôr em ação essa estratégia que entregou os originais ao redator Júlio Mesquita, que os deixou empoeirando na estante da redação. Depois de muito andar de um lado para o outro com seu calhamaço de manuscritos, Euclides conseguiu, com a intervenção de amigos, que a Editora Laemmert – com uma certa relutância – resolvesse publicá-lo. Mas Euclides haveria de se queixar a Francisco Escobar, um dos seus maiores incentivadores, a respeito do contrato imposto pela editora: “[...] subordinei-me a todas as cláusulas leoninas que me impuseram, e entre elas a de dividir com eles – irmãmente pela metade, os lucros da publicação. Aceitei. No entanto me garantiram no Rio que ainda fiz bom negócio – porque hoje só há um animal a quem o livreiro teme: o escritor!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 129).

Quando o livro começou a circular, Euclides ficou entre ansioso e apavorado com a possibilidade de uma recepção desfavorável por parte do público e da crítica. Ele achava que se tratava de um livro velho, que tratava de um assunto de cinco anos atrás. Seus velhos questionamentos voltam a ganhar força: poderia um livro dessa natureza interessar a alguém? Seu livro teria realmente algum mérito? Esse tipo de pergunta ele ficou fazendo a si mesmo durante uma semana de sofrimento intenso. E o sofrimento se agravou ainda mais, quase ao ponto do paroxismo, quando, ao revisar o livro publicado, ele descobriu erros e mais erros no texto. Tudo isso a despeito da insistência que tivera em corrigir e recorrer as provas tipográficas antes da publicação. Euclides entrou em pânico (PONTES, 1938; RABELLO, 1966; ABREU, 1998).

É novamente a Francisco Escobar que escreve:

Tenho passado mal. Chamaste-me a atenção para vários descuidos dos meus *Sertões*; fui lê-lo com mais cuidado – e fiquei apavorado! Já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fisga um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (;) impertinente... Um horror! Quem sabe se isto não irá destruir todo o valor daquele pobre e estremecido livro? Manda-me dizer daí algo a respeito. [...] Estou à mercê de quanto meninote erudito brune nas esquinas; e passível da férula brutal dos terríveis gramatiqueros que passam por aí os dias a remascar preposições e a disciplinar pronomes!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 141).

Rabello (1966, p. 165) pinta um quadro da situação de Euclides diante desse extenuante contratempo:

Durante dias e dias, diante dos operários aturdidos, não arredou pé da tipografia para raspar, a ponta de canivete, os acentos indicativos de crase e as vírgulas mal postas; para pingar com uma pena, novos acentos e novas vírgulas. Um por um, cerca de mil exemplares da tiragem passaram pelas mãos do revisor inexorável. Em cada exemplar emendou oitenta erros. Oitenta mil emendas ao todo. Euclides estava exausto de cansaço.

Euclides, que já tinha tendência à subvalorização de si mesmo, decorrente de seu temperamento arredio a que chamava de “ursismo”, inevitavelmente, a partir dali, mergulhou num grande pessimismo e numa não menor desconfiança em relação ao seu livro. Passou a ter vergonha do livro, chegou a ter medo da repercussão negativa daquela obra. Arrependeu-se de tê-lo escrito, por considerá-lo um equívoco lamentável. Via agora as figuras históricas que convertera em personagens como caricaturas rabiscadas com as tintas muito fortes da paixão e do calor da hora. O livro era velho, antes mesmo de ser lido, nascera velho, porque nascera daquelas impressões nascidas de uma campanha equivocada, “travada nos confins dos sertões

entre forças que representavam duas sociedades não só diferentes – a do litoral, moderna e civilizada, e a do interior, antiga e rotineira – mas distantes uma da outra por séculos de incompreensão ou de indiferença” (RABELLO, 1966, p. 166).

Euclides achava que tinha ido longe demais naquele livro. Sofreu insônia, teve pesadelos, e antevia um tipo de leitor especial, os gramáticos, encontrando ali muitos erros além dos que ele corrigira. Chegou a passar oito dias viajando pelo interior, a esmo, inclusive sem comunicar à família ou aos amigos por onde andava. Nada sabia sobre a repercussão a respeito do livro. Teria caído no vácuo, sem despertar interesse em ninguém? Teria sido alvo de achincalhes por causa da sua pequenez e dos erros que certamente continha?

Ao retornar da viagem sem destino, “algumas cartas o esperavam havia dias. Tomou uma delas, ao acaso. Era da livraria Laemmert. Avidamente correu os olhos sobre o papel. E foi um alívio. O editor comunicava que *Os Sertões* tinham feito um grande sucesso. Em oito dias, a metade da edição se esgotara” (RABELLO, 1966, p. 169). Veio a público a crítica elogiosa dos mais renomados críticos da época, entre os quais José Veríssimo e Araripe Júnior, e só isso poderia aplacar a angústia do autor.

Considero que, ao metaforizar essa obra como um “livro vingador”, Euclides estava externando uma metáfora conceptual que estava na base de sua concepção a respeito daquela obra e dos fatos que ela apresentava. Cheguei a esta conclusão baseado no fato de que, para a teoria da metáfora conceptual, determinadas metáforas na linguagem refletem determinadas metáforas no pensamento (LAKOFF e JOHNSON, 2002). Assim sendo, parece certo entender que a escrita daquele livro tinha, de verdade, no pensamento de Euclides, o valor de uma vingança.

Vexado, decepcionado e extremamente revoltado com o que presenciara no arraial de Canudos, ele tinha naquele momento corrigido o seu ponto de vista. Não mais via Canudos como um foco monarquista, no entanto via a campanha do Exército ali como um crime. O mesmo Exército que antes fora visto como brioso por abafar o “levante”. Havia prometido vingar os sertanejos desse horrendo crime, um massacre. E a vingança foi o livro que veio à luz, *Os Sertões*.

Detectamos, por meio da expressão linguística “livro vingador”, a metáfora da escrita como vingança que subjaz a essa expressão. O escritor transita do terreno concreto, do observável (vingar-se), em direção a um campo mais abstrato (escrever), guiado pela metáfora de base VINGAR-SE É ESCREVER. Isso significa que as metáforas conceptuais subjazem às expressões linguísticas metafóricas. A forma como Euclides organizou o seu dizer nesse recorte textual pode comprovar que foram organizados diferentes domínios de sua experiência

para fazer entender o mundo, e dele construir o sentido. No domínio-fonte da escrita, ele projetou o domínio-alvo da vingança, fazendo pensar a vingança em termos de escrita. Isso confirma a hipótese de Lakoff e Johnson (2002) de que o uso da metáfora é uma questão do processo do pensamento e da ação humana, e não apenas um requisito da linguagem.

### 3 O segundo “livro vingador”

Rabello (1966) informa que dois fatores conjugados determinaram a intensa migração das populações sertanejas para a Amazônia em fins do século XIX e princípios do século XX: as secas fustigantes e a exploração extensiva da borracha natural da seringueira. Conseqüentemente, as fronteiras amazônicas foram sendo expandidas para além dos limites estabelecidos na época. Mota (2003, p. 154) complementa que

Este movimento que as populações sertanejas, fustigadas pelas secas, fazem em direção à região amazônica, em busca da riqueza da borracha, marca a última etapa da expansão territorial brasileira que, após o acordo com a Bolívia – que nos deu o Acre – e com o Peru, que delimitou com precisão, e definitivamente, as nossas linhas de fronteira nos confins da Amazônia, o Brasil adquire a feição que conserva até hoje. Os nordestinos, fugindo da miséria de suas terras, completam assim, alguns séculos depois, a missão dos bandeirantes.

No entanto, esse processo não se completa sem choques. Pelo contrário, como nos lembra Mota (2003, p. 154),

esses choques vão da luta armada às renhidas disputas diplomáticas com o Peru e a Bolívia, conduzidas, do lado brasileiro, pelo Barão do Rio Branco. O conflito com países vizinhos da América Espanhola fora evitado em grande parte em função do gênio negociador de Rio Branco. Em termos de política externa, os elementos que dominam a cena no Brasil, em fins do século passado e começos do atual, são justamente as disputas de fronteira com aqueles vizinhos – Bolívia e Peru.

A migração para o Acre torna-se mais acentuada por volta de 1870. Imensas levas de cearenses abandonavam suas terras no Nordeste para se transformarem em seringueiros, principalmente em terras acrianas. Rabello (1966) comenta que na época o Acre era considerado uma terra sem dono. Mas a verdade era bem outra: formalmente o Acre não era terra de ninguém, pois embora seus contornos fossem indecisos, “a soberania formal sobre a maioria de sua área era da Bolívia, com o Peru diretamente interessado na questão, pois também esse país ainda não havia na época determinado com precisão as fronteiras que o separam do Brasil na Amazônia” (MOTA, 2003, p. 155).

Mas aquela era uma região relativamente esquecida, abandonada. “Os dois países apenas se lembraram de reclamar os direitos sobre ela quando, em 1867, o Amazonas foi aberto à navegação estrangeira, ligando aquela região abandonada ao Atlântico. Subitamente perceberam todos o seu valor”. Com a descoberta das seringueiras nativas da região, as disputas pela terra recrudesceram. “Dentro em pouco, a borracha tirada das seringueiras atingiria preços altíssimos no mercado internacional, transformando a região antes abandonada e relegada ao esquecimento numa das mais potencialmente ricas de toda a América do Sul” (MOTA, 2003, p. 155).

No ano de 1867 foi assinado, entre o Brasil e a Bolívia, um protocolo que previa a demarcação precisa dos limites. Mas enquanto a demarcação se demorava, os nordestinos, que não tinham a mínima noção de pendências fronteiriças entre países, iam ocupando aquela área em litígio na sua quase totalidade. Como a demarcação das fronteiras se fazia demorar, em 1902 os bolivianos decidiram entrar em ação e ocupar a região, mas foram expulsos pelos brasileiros – armados e treinados pelo gaúcho Plácido de Castro. No ano seguinte o caudilho gaúcho assentaria as bases do Estado Independente do Acre. Num espaço onde os ânimos se acirravam cada vez mais, os enfrentamentos não tinham pausa enquanto as negociações diplomáticas eram ativadas, em busca de um acordo amigável.

A extração da borracha criara um clima de febril agitação, pois era uma riqueza imensa que nenhum dos dois países queria deixar entregue ao outro. O Acre era, então, um dos maiores produtores mundiais do látex oriundo da seringueira. Os conflitos e as batalhas diplomáticas foram se sucedendo até 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis. Pelo Tratado, o Acre foi definitivamente incorporado ao Brasil, que por ele pagou de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia, além de outras compensações em territórios e no compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré (GONDIM, 1994; REIS, 1998; SOUZA, 2009).

Nos demais países da América Espanhola, conforme Rabello (1966), o Tratado de Petrópolis teve uma repercussão extremamente negativa. O Brasil passou a ser tachado de país imperialista, que adotava uma política de expansionismo territorial, não se contentava com seu enorme território e punha contra a parede os países mais fracos.

Por esses tempos, ainda segundo Rabello (1966), o Peru pleiteava junto ao governo brasileiro a posse de uma grande faixa de terra entre o rio Madeira e o rio Javari. Ali também havia enfrentamentos constantes entre brasileiros e peruanos. Desde 1902, tropas peruanas haviam ocupado os vales do Juruá e do Purus para dar apoio aos seus compatriotas. O Brasil também envia tropas para proteger os brasileiros. O Barão do Rio Branco intervém, pondo em

ação mais uma vez a sua grande habilidade como negociador (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Mota (2003, p. 157) relata que em 1904 os dois governos assinaram um convênio prevendo um prazo de cinco meses para a solução do problema.

Durante esse tempo, o território em litígio ficaria sob a proteção de uma força mista brasileiro-peruana. Reconhece-se, por esse convênio, que o princípio do *uti possidetis* será aplicado ao território em litígio, ocupado por brasileiros ou peruanos, numa solução equitativa: quem ocupa efetivamente a terra ganha a soberania sobre ela. Mas, tratando-se de regiões quase desconhecidas, é necessário, antes de chegar a um acordo definitivo, estudá-las melhor, fazer o trabalho de reconhecimento das cabeceiras do alto Juruá e do alto Purus.

Foi esse quadro beligerante, foi esse clima dominante da política externa brasileira no ano de 1904 que despertou a atenção e o interesse de Euclides, que vivia então a desagradável situação de engenheiro desempregado, apesar da fama que o seu primeiro livro, *Os Sertões*, lhe propiciara.

Quanto à situação de desempregado, ele nunca tivera, na verdade, um emprego fixo, e sua família sofria muitas privações. Em carta, confessa a Coelho Neto, em abril de 1904, que, naqueles dias, fora pedir emprego junto ao governo, mas deparou com o seguinte quadro: uma “legião inumerável de engenheiros desempregados, que entope as escadas das secretarias”. Era o “encilhamento da miséria”, que ele descreve nas seguintes palavras: “há em cada caracol das escadas que levam aos gabinetes dos ministros uma espiral de Dante” (In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 202). Euclides afirma que entrou por uma delas, atravessou um corredor repleto de concorrentes que o “flechavam” com seus olhares rancorosos. Valera-se da influência de amigos para os contatos, mesmo assim não conseguira colocação. Por que não conseguira? Euclides responde na mesma correspondência: “Está tudo tomado; e para alguns lugares vagos, que ainda existem, há triplicado número de candidatos que há muitos meses moram nas antessalas das secretarias”. Alguns até trabalhavam gratuitamente com o fim de um dia conseguir se efetivar no funcionalismo. Assim, as notícias dos acirramentos na Amazônia encontram Euclides na grande fila dos engenheiros desempregados (RABELLO, 1966).

Ainda em 1904, ele escreveria três artigos para o Estado de São Paulo tratando da questão: “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros” e “Solidariedade sul-americana”.

Para levar a efeito o acordo firmado no Tratado de Petrópolis, o Ministério das Relações Exteriores criou duas comissões de reconhecimento, uma do Juruá e outra do Purus.

Euclides valeu-se de amigos influentes para conseguir se integrar a uma dessas comissões. Ele já manifestara interesse pela Amazônia anteriormente. Quais as razões para esse interesse? Resolver seu problema de engenheiro desempregado; vontade de fugir dos problemas que o atormentavam na cidade grande; fascínio que sentia pela região, e tudo isso junto (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Depois da nomeação conseguida, em confissão a amigos (Oliveira Lima e José Veríssimo, por exemplo), Euclides esclarecia com todas as letras o seu objetivo: “estudar a região e o povoamento que ali se faz, para uma outra obra que, à semelhança de *Os Sertões*, revele ao Brasil mais um pedaço de si mesmo”. Ele “Sente que ainda pode fazer muito. É relativamente jovem e o grande êxito de *Os Sertões* constitui um desafio, a suplantar para não se transformar no autor de um só livro, para provar que o talento nele não é coisa episódica, que floresceu apenas uma vez, como por acaso” (MOTA, 2003, p. 159). Ele sabia que ali estava sua segunda oportunidade de produzir uma grande obra; a primeira acontecera com *Os Sertões*.

Euclides ficou surpreso ao saber que Rio Branco lhe dera não apenas o posto de simples de auxiliar, mas a chefia da comissão de reconhecimento do alto Purus, que deveria ser dividida com o peruano Pedro Buenaño, enquanto a chefia da comissão de reconhecimento do alto Juruá fora entregue ao coronel Belarmino de Mendonça, a ser dividida com o capitão peruano Felipe Espuiar (RABELLO, 1966; MOTA, 2003).

Euclides deixou a família no Rio de Janeiro e partiu para o Amazonas em 13 de dezembro de 1904, chegando no dia 30 desse mês a Manaus, onde passaria três meses hospedado na casa do amigo Alberto Rangel. Uma vez na capital amazonense, ele ficou muito irritado com os embaraços burocráticos e a má vontade de funcionários que deveriam ajudá-lo. Preso numa cadeia de morosidades, sentia-se extenuado (RABELLO, 1966).

Partiu no dia nove de abril rumo às cabeceiras do Purus. A certa altura da viagem, a comissão sofre um acidente em que perdem a embarcação de provimentos para a alimentação. Passam fome e privações no restante da viagem, submetidos a um severo regime de racionamento. Realizam a tarefa e voltam extenuados, irreconhecíveis.

Euclides agiu, em toda a viagem, como um atento observador que tudo anotava, num grande esforço para não deixar passar despercebido o menor detalhe que fosse dos flagrantes que observava. Dessa observação atenta e prolongada ele projetava escrever um livro dando conta do que vira. Após sua passagem pela região, a escrita do livro não era mais encarada como apenas um projeto, mas sim como uma obrigação moral, semelhantemente ao caso de Canudos.

A situação de abandono e miséria absoluta das populações com as quais contactara no interior da Amazônia o deixaram revoltado, comovido “e, tal como em Canudos, tomou como missão, num segundo ‘livro vingador’, denunciar o fato à Nação, e reclamar do governo medidas em favor dos sertanejos que, transformados em seringueiros, garantiam para o Brasil a posse de regiões riquíssimas, e ao mesmo tempo eram relegados à mais extrema miséria e à mais cruel exploração” (MOTA, 2003, p. 164).

Em carta a Coelho Neto, escreveu de Manaus: “[...] Vivo sem luz, meio apagado e num estontamento. Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: Um Paraíso Perdido, onde procurarei vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266).

No mesmo dia, escreveu também para José Veríssimo dando conta do projeto do livro, e pergunta ao amigo: “Acha bom o título ‘*Um Paraíso Perdido*’ para o meu livro sobre a Amazônia? Ele reflete bem o meu incurável pessimismo, mas como é verdadeiro?!” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 269).

Referindo-se ao livro em carta ao amigo Escobar, Euclides afirma que está alinhando “as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens” (in: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 306).

À semelhança da maneira como se referira a *Os Sertões*, Euclides lança mão da expressão linguística “livro vingador” para atualizar a metáfora conceptual VINGAR-SE É ESCREVER.

Percebe-se que as metáforas desse tipo apresentam um conceito ao estruturar um termo *X* em termo de um outro termo *Y*, como: *X SER Y*. E nessa estrutura, *X*, sendo introduzido em termo de *Y*, pode ser compreendido mais facilmente. Silva (2009, p. 106), comentando essa estrutura, explica que “o conteúdo e o sentido de *Y* já estão na cultura, na memória social, de modo que *Y* tem o papel de dar sentido à experiência que *X* mostra”. Por esse prisma, o papel dessa metáfora é o

“de sancionar ações; de justificar as inferências para se entender o significado ali estabelecido; de auxiliar a estabelecer as metas do entendimento, propostas pelos interlocutores, participantes, diante da atividade que fomentam; e de trazer mudanças culturais, conforme as tendências socioculturais e sociopolíticas, isto pela introdução dos novos conceitos estabelecidos pelas metáforas (SILVA, 2009, p. 106).

#### 4 Considerações finais

Como foi possível observar nas reflexões, a metáfora VINGAR-SE É ESCREVER, verbalizada nas expressões “livro vingador” e “segundo livro vingador” (referentes a *Os Sertões* e a *Um Paraíso perdido*, respectivamente) sanciona a concepção euclidiana de que uma vingança era necessária tanto no caso do sertão nordestino quanto no caso dos rincões amazônicos. Uma vingança em nome dos que não tinham condições de se vingar: sertanejos massacrados e seringueiros, também sertanejos, escravizados. Portanto, essa metáfora, longe de ser apenas um recurso de ornamento linguístico, como pretendiam alguns clássicos retóricos, traz a lume uma visão de mundo enraizada na cultura em que o autor se insere.

Mas no caso da Amazônia, infelizmente o projeto do “segundo livro vingador” não foi concluído, tendo em vista uma série de fatores ligados à vida do autor, especialmente a sua morte prematura. O que restou do projeto do segundo livro vingador de Euclides foi uma série de artigos, reunidos postumamente sob o título *À Margem da história*, que constituíam, alguns deles, o esboço de *Um Paraíso Perdido*.

Evidentemente, não tendo o projeto do livro se completado, não se tem como avaliar o projeto. Todavia, é possível avaliar os textos esparsos publicados em jornais, além daqueles de *À Margem da história*, que certamente fariam parte do grande livro ansiado. São “apenas algumas páginas sobre aspectos da vida amazônica, ligados à terra, às águas, ao clima e ao homem, que ficaram para sempre inacabadas. Ainda desta vez, a Amazônia não teria o seu grande livro” (RABELLO, 1966, p. 279).

#### Referências

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.
- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- CASTRO, Walter de. *Metáforas machadianas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978 (Linguística e Filologia)
- CHALHUB, Samira. *A Metalinguagem*. São Paulo: Ática, 2002.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia – um paraíso perdido*. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; EDUA, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Um paraíso perdido* : reunião de ensaios amazônicos. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (Coleção Brasil 500 anos).

GALVÃO, Valnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. *A Vingança da hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana* [Coordenação de tradução Mara Sophia Zanotto]. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: WDUK, 2002 (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

MOTA, Lourenço Dantas. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora Três, 2003 (A Vida dos Grandes Brasileiros, 11)

PONTES, Eloy. *A Vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 (Coleção Vera Cruz, Literatura Brasileira, vol. 103).

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007. (Lingua[gem], 24)

SILVA, Sônia Maria Cândido da. *Construções metafóricas conceptuais atualizadas em crônicas dos séculos XIX e XX*. Tese de Doutorado apresentada Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2009.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009.

TELES, Gilberto Mendonça. *A Escrituração da Escrita*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Recebido: 25/10/2013

Aprovado: 20/11/2013